

EDUCANDO JOVENS PARA O TRABALHO E A CIDADANIA: DESAFIOS E LIMITES DO PROJOVEM URBANO DE FEIRA DE SANTANA

*EDUCATING YOUNG PEOPLE FOR WORK AND
CITIZENSHIP: CHALLENGES AND LIMITS OF
PROJOVEM URBANO OF FEIRA DE SANTANA*

Denise Helena Pereira Laranjeira

Mirela Figueiredo Santos Iriart

Ivan Faria

Sabrina Silva de Matos

Universidade Estadual de Feira de Santana

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir as repercussões do ProJovem Urbano nos processos formativos e sociais dos jovens de baixa renda de Feira de Santana, Bahia. Fundamenta-se teoricamente nos estudos contemporâneos sobre juventude que enfatizam as principais tensões relativas à condição juvenil. Os dados empíricos foram produzidos por meio de questionários, entrevistas e análise documental. Os resultados evidenciam que o programa, a despeito dos seus limites para a inserção profissional dos participantes, apresenta repercussões positivas no que se refere à qualidade da relação professor-aluno, à ampliação das noções de direitos sociais e ao resgate do desejo de continuar estudando.

Palavras-chave: Juventude. Inserção social. Cidadania.

Abstract

This paper aims at discussing the repercussions of ProJovem Urbano in the formative processes of social and low-income youth of Feira de Santana, Bahia. It is based theoretically in contemporary studies about youth that emphasize the main tensions regarding the condition of youth. The empirical data were produced by means of questionnaires, interviews and documentary analysis. The results show that the program, despite its limits for the employability of participants, has a positive impact with regard to the quality of teacher-student relationship, the extension of the notions of social rights and redemption of the desire to continue studying.

Key-words: Youth. Social Inclusion. Citizenship.

Introdução

Quando Bourdieu (1983) afirma que a “juventude é apenas uma palavra”, não está negando a existência dessa categoria social, mas sim tensionando os limites de uma definição homogeneizadora sobre o ser jovem. Hoje, há um relativo consenso de que raça, gênero, classe social, local de moradia, inserção profissional e escolaridade são marcadores sociais que definem formas heterogêneas e desiguais de vivenciar a condição juvenil.

A população baiana considerada jovem é composta por um contingente diverso de aproximadamente quatro milhões de pessoas com idade entre 15 e 24 anos, correspondendo a 28,3% da população total do estado (PNAD, 2009). A mesma fonte aponta uma elevação nas taxas de escolarização nos últimos anos, mas, mesmo assim, a Bahia ainda possui elevados índices de analfabetismo e distorção idade-série, e uma das menores taxas nacionais de acesso ao ensino superior.

Esses dados relativos à educação merecem atenção, pois historicamente a própria noção de juventude foi se constituindo como uma etapa de vida diretamente ligada à escolarização e à “moratória” em relação ao trabalho. No entanto, quando se trata da juventude rural, de baixa renda ou de periferia, muitas vezes, a luta pela subsistência resulta na interrupção ou no atraso dos processos de escolarização e na precocidade da inserção profissional, tornando o tempo ‘juvenil’ mais curto.

Hoje, o trabalho juvenil serve não apenas para garantir acesso a necessidades primárias de sobrevivência, mas também para que o jovem possa se sentir incluído e pertencente ao *ethos* juvenil (namorar, acessar lazer e entretenimento, estar na moda, consumir diferentes bens materiais) (SPOSITO, 2005).

São relativamente recentes a formulação e a implantação de políticas públicas específicas voltadas para a juventude no país. Desde a década de 1980, paralelo ao crescimento de indicadores negativos relacionados à juventude (desemprego, criminalidade), emergem ações governamentais visando ao controle e à inserção social de jovens em áreas como a segurança pública, a educação e o trabalho, como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável (Protejo).

No campo da educação, são conhecidas as limitações das experiências de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que trabalham apenas a formação propedêutica, no que se refere a metodologias, formação e contextualização (DI PIERRO, 2005; MACHADO, 2009), e também do ensino profissionalizante, que passou por acentuado processo de desestruturação nas décadas de 1980 e 1990, tendência só revertida mais recentemente (FRIGOTTO, 2004; FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2010).

Nos últimos anos, alguns acontecimentos são representativos das mudanças das relações entre Estado e sociedade civil no que se refere às políticas para os jovens, como a criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), em 2004, o lançamento da Política Nacional da Juventude (PNJ) e a implantação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), em 2005. Neste último ano, o governo federal lançou também o ProJovem, voltado para jovens das grandes cidades em situação de vulnerabilidade social, desempregados, com baixa qualificação profissional e com nível de escolaridade até o quinto ano do ensino fundamental. Tal projeto, sob responsabilidade da SNJ, visava garantir a conclusão do ensino fundamental, a formação profissional inicial e promover o acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer.

Em 2007, o ProJovem se ampliou e diversificou em quatro modalidades baseadas na unificação de diferentes programas e projetos sociais: o ProJovem Trabalhador; o ProJovem Campo; o ProJovem Adolescente; e o ProJovem Urbano, que mantém as principais diretrizes do programa original.

Alguns trabalhos já se ocuparam da análise de diferentes aspectos desse programa (MONTE BLANCO, 2009; ABRAMOVAY; CASTRO, 2010). O objetivo deste trabalho é conhecer os significados atribuídos por jovens que participaram do ProJovem Urbano, na cidade de Feira de Santana, Bahia. São questionados os potenciais e os limites de um trabalho experimental de educação integrada de jovens, assim como busca-se extrair possíveis “contribuições” para se repensar as modalidades de educação ofertada à juventude de baixa renda.

O processo investigativo foi desenvolvido no ano de 2010, em um núcleo do ProJovem, localizado numa escola de um bairro periférico de

Feira de Santana. Ele baseia-se numa abordagem qualitativa, apoiada também em dados quantitativos. Os sujeitos foram: um coordenador pedagógico, um docente e 41 estudantes concluintes do Programa. Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram: um questionário de identificação do perfil socioeconômico dos estudantes; entrevistas semiestruturadas com os três segmentos; e análise documental do Projeto Pedagógico Integrado (PPI) e das Diretrizes do ProJovem, tendo em vista a necessidade de complementar as informações/perfil sobre o programa e o seu público alvo. Os depoimentos obtidos são apresentados no decorrer do texto, identificando os participantes por meio de pseudônimos.

Juventude: escolarização, participação e trabalho

Os estudos sobre juventude nas décadas de 1970 e 1980 eram amplamente focados em estudantes universitários, envolvidos em ações políticas (CARDOSO, 2005), enquanto nas décadas seguintes os jovens passaram a ser vistos, sobretudo, pela opinião pública, como despolitizados e consumistas ou como uma “questão social”. A partir daí, não tem havido o reconhecimento pleno dos jovens como atores sociais, contribuindo para a manutenção de estereótipos negativos. No caso dos jovens de baixa renda, eles ainda são associados a problemas sociais, como o desemprego, o consumo de drogas e o protagonismo da violência, constituindo o imaginário das “classes perigosas” (ESPINHEIRA, 2003).

É só nas décadas de 1990 e 2000, frente às pautas reivindicatórias dos jovens por direitos sociais e políticos, que houve uma mudança mais expressiva, com o reconhecimento dos jovens em sua pluralidade e a valorização do seu protagonismo (CARDOSO, 2005). No entanto, mesmo com as transformações sinalizadas, Castro e Correa (2005, p.14) destacam que: [...] parece contraditório que uma cultura que enalteça a juventude, que celebre estilos e valores relacionados aos jovens, seja excludente em relação a eles.

A escola, o trabalho e a cultura são dimensões fundamentais para a formação da condição juvenil, sobretudo quando combinadas às políticas sociais eficazes no âmbito do Estado. Entre o capital escolar, o *ethos* familiar e as oportunidades de ingresso no trabalho, como se delineariam os campos de possibilidades na configuração de tra-

jetórias de inserção socioprofissional, levando-se em conta as desigualdades de posições sociais?

Sposito (2005) considera que muitos jovens vêm se inserindo precocemente em atividades laborais precarizadas e intermitentes. Frigotto (2004) nota que as diferentes possibilidades e o alcance das políticas públicas em relação aos jovens, no que diz respeito ao trabalho e à educação, estão inscritos na compreensão da especificidade da fase atual do capitalismo, que se funda nos mecanismos do mercado, aliado às particularidades históricas do tipo de sociedade desigual que foi construída no Brasil.

Os jovens que sofrem de forma mais contundente os processos de precarização educacional e laboral têm “rosto definido”:

Pertencem à classe ou fração de classe de filhos de trabalhadores assalariados ou que reproduzem a vida de forma precária por conta própria, no campo e na cidade, em regiões diversas e com particularidades socioculturais e étnicas. Compõem esse universo aproximadamente 6 milhões de crianças e jovens que tem inserção precoce no mundo do emprego e subemprego. Inserção que não é uma escolha, mas uma imposição de sua origem social e do tipo de sociedade que se construiu no Brasil (FRIGOTTO, 2004, p. 181).

Nesse sentido, as oportunidades de ascensão social por meio da educação limitam-se para esses sujeitos, na medida em que o sistema escolar brasileiro reproduz uma dinâmica desigual, que mantém a maior parcela de seu público atendido em condições precárias nas escolas públicas. Não é por acaso que as relações entre juventude, trabalho e educação representam, especialmente nas últimas décadas, uma preocupação específica das políticas públicas no Brasil. No entanto, para produzir mudanças nos processos de formação e inserção social da juventude, torna-se essencial dar voz aos jovens, para que a transformação se dê com a plena participação deles.

Contemporaneamente, há uma tendência de se reconhecer e incluir, na cena pública, novos atores sociais e novas formas de participação. Fazendo uma revisão sobre a Juventude e Participação, nos últimos 10 anos, Boghossian e Minayo (2009) sinalizam um recorrente desinteresse dos jovens com relação às tradicionais formas de atu-

ar na política, conselhos e fóruns e até mesmo no processo eleitoral. Consideram que nos dias atuais os jovens estariam buscando outras formas de participação porque estariam mais motivados por políticas de identidades, como as de reconhecimento dos direitos humanos das mulheres, dos negros, dos homossexuais, pela ecologia etc. Sposito e Carrano (2007) enfatizam que, antes de buscar saber os motivos pelos quais os jovens participam ou não da vida social e política do país, torna-se necessário questionar as condições que possuem para exercer a participação social básica num quadro ampliado de direitos públicos e outros planos que podem fazer uma vida digna.

Nesse cenário, Sposito e Carrano (2007) sinalizam que na década de 1980 emergiu uma nova noção de cidadania no Brasil, forjada pelas lutas dos movimentos sociais por liberdades democráticas e garantias de direitos, que trouxe como marca exigências - para os atores sociais e institucionais - de participação na formulação de políticas e gerenciamento da coisa pública. Tal noção, republicana, vem acenando, assim, como possibilidade a construção partilhada de uma agenda pautada na legalidade que se orienta para a conciliação entre democracia e cidadania.

Políticas públicas para juventude

Aquino (2009) destaca que, tradicionalmente, as ações públicas direcionadas à juventude concentraram-se nas áreas de educação e emprego – sob a perspectiva da juventude como fase preparatória da vida –, ou de saúde e segurança pública. Contudo, essas ações comumente isoladas, sem a escuta dos principais atores e desarticuladas entre si, não se estruturaram como elementos de uma autêntica “política de juventude”, mas como estratégias de atuação da sociedade para orientar a formação dos jovens e minimizar seu envolvimento em situações de “risco”. Retoma-se, portanto, a velha ideia do jovem enquanto problema e ameaça ao equilíbrio social.

Sposito e Carrano (2007) consideram que, no que tange às políticas desenvolvidas para o segmento juvenil, se destacam dois tipos de intervenção, que variam de acordo com o conceito que se tem de juventude. Uma que entende o jovem como uma ameaça social, que envolve programas esportivos, culturais e de trabalho, orientado para o controle social do seu tempo livre e destinado, particularmente, para os moradores dos

bairros pobres das grandes cidades; e outra que o reconhece como sujeito de direitos. Esta última filosofia ainda se delinea de forma incipiente e parcial, em programas como o ProJovem.

Aquino (2009) destaca que o aparecimento de organizações e grupos juvenis, com atuação em campos diversos – não apenas da vida estudantil e político-partidária, mas também da cultura, da vida comunitária, das estratégias inovadoras de geração de renda, entre outros – impulsionaram o reconhecimento das questões sobre a juventude, ampliando os focos anteriormente existentes e colocando novas questões e desafios para a construção de diagnósticos e ferramentas de trabalho para a atuação pública com os jovens.

Nas décadas de 1980 e 1990, a Organização das Nações Unidas (ONU), em parceria com os países-membros da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), desenvolveram uma série de ações em nações da América Latina, mas que no Brasil tiveram pouco efeito para a formulação de programas de atenção à juventude. A criação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que mesmo fazendo referência apenas aos indivíduos com até 18 anos de idade, impulsionou novas representações sociais, dando maior visibilidade aos jovens como “sujeitos de direitos”.

Somente no final dos anos 1990 foi que os jovens passaram a ser um alvo importante das políticas públicas. De acordo com Sposito e Carrano (2007), o governo Fernando Henrique Cardoso executou variadas ações destinadas direta ou indiretamente ao público jovem, realizadas em parceria com organizações da sociedade civil e prefeituras, como o Capacitação Solidária e o Universidade Solidária. E:

Ao lado dessas iniciativas, que não chegaram a se estruturar como uma Política Nacional de juventude, começaram a surgir organizações e grupos juvenis com representação em variados campos- cultural, esportivo, ambiental, estudantil, político partidário, movimentos étnicos em prol da igualdade de gênero, associações de bairros, entre outros, que pressionavam o poder público a reconhecer os problemas específicos que os afetavam a formular políticas que contemplassem ações para além daquelas que viam apenas os jovens como sinônimos de problemas. (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 49).

De acordo com o guia de Políticas Públicas para a Juventude (BRASIL, 2006), essa nova forma de compreender a juventude teve como marco importante a criação, em 2004, no Governo Lula, da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUNVE). Em 2005, foi lançada a Política Nacional de Juventude, cujos objetivos eram a ampliação do acesso ao ensino e a permanência em escolas de qualidade; a erradicação do analfabetismo; a preparação para o mundo do trabalho e a geração de renda; a democratização ao acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; a promoção dos direitos humanos e de políticas afirmativas; e o estímulo à cidadania e à participação social.

Tais diretrizes se materializaram em Programas como o Projeto Agente Jovem; o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE); o Programa Brasil Alfabetizado; o Universidade para Todos (PROUNI), dentre outros.

Esses programas promoveram ações relevantes, porém contraditórias, pois teoricamente são muito bem articulados, mas, na prática, não têm conseguido executar as propostas desejadas, tendo em vista, sobretudo, os aspectos operacionais, metodológicos, éticos e de formação do capital humano (SPOSITO; CORROCHANO, 2005).

Nesse cenário, a frágil institucionalidade, a fragmentação e a superposição das políticas federais de juventude ainda são questões a serem superadas. No entanto, é visível que elas impulsionaram o desenvolvimento de ações que buscam garantir direitos e oportunidades aos jovens e, sobretudo, o reconhecimento de suas singularidades e de seu protagonismo na sociedade, a exemplo do ProJovem.

O ProJovem Urbano

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) foi criado em 2005, regulamentado pelo Decreto nº 5.557, de 05/10/2005, e aprovado pela Resolução 3/2006, de 15/08/2006, como curso experimental. O programa era inicialmente voltado para o público juvenil mais vulnerável, jovens entre 18 e 24 anos, e seu objetivo era oferecer a certificação de conclusão do ensino fundamental e de qualificação profissional para jovens que não tinham concluído o ensino fundamental e que não possuíam vínculos de trabalho.

A formação dos estudantes do ProJovem compreendia atividades ao longo de 12 meses de formação básica (disciplinas próprias do ensino fundamental, língua inglesa e informática básica), qualificação profissional e ação comunitária, totalizando 1.200 horas presenciais e 400 horas de atividades não presenciais. Os alunos recebiam um auxílio financeiro mensal de R\$ 100,00.

A meta inicial do programa era atender cerca de 200.000 jovens, até 2008, atuando em todas as capitais brasileiras e no Distrito Federal. Em 2006, o atendimento foi estendido aos municípios que possuíam 200.000 habitantes, mas ainda assim boa parte do seu público potencial estava disperso pelo país.

Em 2007, o ProJovem foi reestruturado com o objetivo de ampliar o atendimento aos jovens de outros contextos, com base na unificação de diferentes programas e projetos sociais: Agente Jovem, Saberes da Terra, Consórcio Social da Juventude, Juventude, Escola de Fábrica e o próprio ProJovem.

Esse último passou a ser denominado ProJovem Urbano, sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Juventude. Foram criados também o ProJovem Trabalhador, a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego; o ProJovem Campo, gerido pelo Ministério da Educação; e o ProJovem Adolescente, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2008).

O ProJovem Urbano passou por algumas alterações, como ampliação do público-alvo para até 29 anos; exigência que os jovens apenas soubessem ler e escrever e não mais ter o quinto ano do ensino fundamental concluído; permissão de ingresso de pessoas com vínculo empregatício; além de aceitar jovens que estivessem cumprindo pena privativa de liberdade em regime fechado. Houve ainda a ampliação da duração do programa de 12 para 18 meses, com carga horária dividida entre atividades de formação básica (1.092 horas), qualificação profissional (390 horas) e participação cidadã (78 horas).

Feira de Santana – segundo município mais populoso do estado, com aproximadamente 600.000 habitantes – é conhecida pela sua vocação comercial, sendo o mais importante entroncamento rodoviário do Nordeste brasileiro. Possui também um significativo parque industrial, que tem vivido um novo momento de desenvol-

vimento após um declínio acentuado nos anos 1990 e 2000.

Mesmo com demanda crescente por mão de obra especializada, Feira de Santana apresenta grandes limites na oferta de formação profissionalizante, gerando um extenso contingente de jovens excluídos da possibilidade de inserção social e profissional mais efetiva. Assim como a maioria das cidades do seu porte, o município possui diversos problemas, a exemplo da infraestrutura urbana precária e da limitada oferta de serviços públicos em áreas essenciais como a saúde, o transporte, a segurança e a educação¹.

Em Feira de Santana, o ProJovem urbano teve sua primeira experiência entre os anos de 2009 e 2010, contemplando cerca de 2.400 estudantes, divididos em 16 polos², localizados em 13 escolas distribuídas principalmente em bairros periféricos. Cada núcleo contava em média com 150 alunos, divididos em cinco turmas.

A equipe de cada um dos polos era composta por: diretor executivo; diretor pedagógico; pessoal de apoio técnico e administrativo; além de educadores de formação básica com licenciatura plena (sendo um de cada área do ensino fundamental); educadores de qualificação profissional, escolhidos pela gestão local; e educadores de participação social, com graduação em Serviço Social.

O núcleo investigado contava com 150 alunos e as atividades eram realizadas de segunda a sexta-feira, no turno noturno, exceto as aulas profissionalizantes, que aconteciam no turno vespertino.

Para a realização desses cursos, o programa contou com parcerias com a prefeitura, empresas e organizações da sociedade civil, sobretudo no que diz respeito à disponibilização de espaços e material para o desenvolvimento das aulas práticas. Quanto à carga horária, as atividades previstas exigiam dedicação ao curso de 26 horas semanais. As horas presenciais (20 horas semanais) incluíam atividades em sala de aula, visitas,

pesquisas de campo, participação em palestras, práticas relacionadas ao campo de qualificação profissional e participação cidadã. O currículo do programa foi moldado em torno de seis unidades formativas: Juventude e Cultura; Juventude e Cidade; Juventude e Trabalho; Juventude e Comunicação; Juventude e Tecnologia; e Juventude e Cidadania. As atividades organizadas são articuladas a dois outros elementos integradores, quais sejam, o Projeto de Orientação Profissional (POP) e o Plano de Ação Comunitária (PLA).

Quanto aos maiores desafios, o coordenador pedagógico destacou que a manutenção da frequência e participação nas aulas e o controle da evasão, configuram-se em dificuldades no cotidiano do trabalho. Outro ponto levantado diz respeito aos diferentes níveis de escolaridade dos alunos em uma mesma turma, o que muitas vezes dificulta o processo de ensino/aprendizagem. Contudo, a recente certificação/conclusão de um significativo número de jovens demonstra que as estratégias utilizadas para a permanência dos estudantes no programa vêm dando resultado.

Nessa perspectiva, a equipe gestora enfatizou como uma das suas principais sugestões que a proposta curricular empreendida no ProJovem esteja presente também nas escolas públicas de oferta regular, por reconhecerem uma sintonia mais significativa com a realidade dos jovens de baixa renda.

A escolarização deve favorecer, para além de um espaço de socialização, formas de sociabilidade tipicamente juvenis, cujo caráter não formal, não institucionalizado e sem uma finalidade explícita ou uma “tarefa a cumprir”, tem como único objetivo estabelecer uma relação; criar laços que constituam uma unidade, constitutiva de formas de interação mais significativas, vivenciadas, muitas vezes, nas brechas das instituições tradicionais (FRÚGOLI JUNIOR, 2007). A educação formal, em suas diferentes modalidades, como a profissionalizante, tem importância na construção de habilidades sociais, afetivas e cognitivas e não devem estar subordinadas à lógica de um mercado excludente.

O Projovem e seus sujeitos

Para conhecer o perfil socioeconômico dos integrantes do programa, foram aplicados 41 questionários. A tabulação dos dados mostrou que os

1 O Censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010) ilustra a debilidade na escolarização dos jovens residentes na zona urbana de Feira de Santana: não sabiam ler nem escrever, na faixa de 15 anos ou mais de idade, 38.371 pessoas (9,1%).

2 Os diferentes núcleos da cidade ofereceram cursos profissionalizantes nas áreas de: Administração (arquivador/almoxarifado, office-boy/girl, auxiliar administrativo); Esporte e Lazer (recreador(a), agente comunitário de esporte e lazer, animador(a) de eventos); Educação (auxiliar de administração escolar, contador/a de histórias, inspetor(a) de alunos, recreador(a)); e Vestuário (costureiro(a), montador(a) de artefatos de couro, vendedor(a) de comércio varejista).

jovens têm média de idade de 24,5 anos, sendo a maior prevalência etária de 26 anos, correspondendo a 24,4%. Desses, 68,3% são mulheres e 31,7% são homens. Segundo depoimentos, essa configuração se daria porque a maioria das pessoas do sexo masculino nessa faixa etária estaria inserida de forma mais consistente em atividades produtivas. A maioria dos jovens vive em bairros considerados muito violentos na cidade, como o George Américo e o Campo do Gado, sofrendo, ainda, a “discriminação por endereço”, que, segundo Novaes (2006), restringe o acesso à educação, ao trabalho e ao lazer dos jovens que vivem em comunidades periféricas.

Quanto ao nível de escolaridade dos participantes antes de ingressar no ProJovem, 14,7% haviam estudado até o 5º ano do ensino fundamental, 40% até o 6º ano e 45,3% interromperam os estudos entre o 7º e o 9º ano. Esses dados mostram que o 6º ano (antiga 5ª série) ainda funciona como um marco importante no abandono ou interrupção do processo de escolarização.

Outro dado que merece atenção é obtido pelo cruzamento entre as variáveis estado civil e maternidade/paternidade. A situação familiar desses jovens mostra que 78,0% declaram-se solteiros. No entanto, 68,3% do total têm filhos, indicando um grande percentual de pais e mães que provavelmente assumem encargos de cuidado e manutenção dos seus filhos sem auxílio de um companheiro (a) fixo (a), como mostram os depoimentos dos participantes do programa:

Estudei até 8ª série, e parei os estudos, pois precisava trabalhar, tentei até estudar de noite, mas acabei desistindo. (JOÃO).

Estudei até a 5ª série, parei porque engravidei, sem marido, sozinha para da conta de filho, tive que sair da escola. (SANDRA).

Estudei até 5ª série, engravidei aos 14 anos, por isso tive que abandonar os meus estudos. Não tinha como cuidar de menino e estudar ao mesmo tempo. Depois vieram os outros dois filhos, aí que não deu mesmo. (ANA).

Quando indagados sobre os motivos para o abandono dos estudos, percebe-se um padrão nas respostas: os homens quase unanimemente apon-

tam a necessidade de trabalhar, e as mulheres, em grande maioria, destacam a gravidez precoce como causa do “corte” no processo de escolarização. As responsabilidades e despesas geradas com a maternidade limitam não apenas as possibilidades de estudar, mas também de desenvolver outras atividades típicas da juventude, como o lazer e o consumo cultural.

Segundo Andrade e Neto (2009), o abandono dos estudos é o indicador mais visível da diversidade do acesso e da permanência na escola, além de impactar diretamente as oportunidades de inserção social da juventude.

Analisando o conjunto dos dados, percebe-se a presença de diversos elementos que enquadram tais jovens no perfil visado pelo ProJovem, já que possuem histórias e trajetórias comuns de dificuldades para estudar e trabalhar, tendo como consequência a vulnerabilidade social.

Castel (1997) define as situações de exclusão como resultado de um duplo processo de desfiliação social: em relação ao trabalho e em relação à inserção relacional, definindo, assim, quatro zonas de pertencimento do cruzamento destas duas dimensões. A zona de integração, definida pela vinculação estável ao trabalho, mais forte inserção relacional; a zona de vulnerabilidade, definida pelo trabalho precário e fragilidade dos vínculos sociais; a zona de desfiliação, marcada pelo duplo processo de ausência de trabalho e isolamento social e a zona de assistência, que atribui ao inválido, um modo de pertencer através das políticas de assistência. Quando a família não possui um capital social e cultural a transmitir, quando a escola é alheia a sua cultura de origem, quando as formas de sociabilidade se fragmentam em relações esporádicas, produz-se um cenário que pode vulnerabilizar a integração social de alguns jovens nas grandes cidades.

Os dados obtidos mostram que mais de 90% dos jovens já trabalharam ou trabalham. No entanto, tais experiências profissionais se deram em ocupações menos valorizadas, que não requerem níveis de escolarização e especialização elevados e, por consequência, não garantem remuneração satisfatória e nem estimulam o crescimento profissional. Desse modo, a necessidade de sobrevivência e as dificuldades de conciliar trabalho e estudo “obrigam” esses jovens a permanecerem nesses verdadeiros subempregos. As participantes trabalharam basicamente como domésticas,

enquanto os homens tiveram experiências na construção civil e no comércio informal.

Trabalhei a vida toda como doméstica. (MARIA).

Já trabalhei como ajudante de pedreiro e hoje trabalho como serralheiro. (JOÃO).

Até hoje só trabalhei como doméstica nunca tive carteira assinada. (ANA).

Já trabalhei como pedreiro, carpinteiro, tanta coisa nessa vida. (ANTONIO).

Segundo Frigotto (2004), desde os anos 1990 os jovens são os maiores afetados no processo de precarização dos vínculos trabalhistas e compõem o maior contingente entre os desempregados do país. Dentre os jovens pesquisados, as necessidades primárias de subsistência acabam barrando, precocemente, seus anseios e ambições sociais e profissionais. Os discursos dos jovens contemporâneos sobre as representações institucionais tendem a ser críticos e indicam baixo nível de participação no que se consideram formas de participação mais convencionais, como por exemplo, partidos e sindicatos (CASTRO; VASCONCELOS, 2009). No entanto, observa-se que as ações da juventude apontam, no cenário atual, para diversos espaços, que vão muito além das formas tradicionais de participação. Muitas vezes, o trabalho comunitário constitui-se em experiência educativa de caráter não formal, como também em uma forma alternativa de geração de renda, como pode ser evidenciado nas falas dos sujeitos da pesquisa:

Participo de um grupo de capoeira há cinco anos. Entrei como aluno, hoje já sou professor. O grupo se chama Capoeira Terapia para meninos carentes, fica lá no Campo Limpo. (JOÃO).

Eu faço parte de um grupo de arte-sã. A gente faz vasos com biscuit, bordamos, fazemos crochê e vendemos os materiais feitos nas feiras. Eu cuido dos bordados. (ANA).

A participação desses jovens em grupos comunitários e em atividades de cultura, esporte e lazer é de grande relevância, pois integram, aproximam e ocupam esses estudantes em ações que elevam sua autoestima e geram oportunidades de

geração de renda e construção de vínculos sociais, afetivos e de conhecimento.

Formação e perspectivas

As proposições do ProJovem fundamentam-se em pressupostos teórico-metodológicos que preconizam a inserção integral dos sujeitos por meio da utilização de ações que extrapolem a sala de aula, como podemos observar na fala da professora Elisa:

Ser professora do ProJovem é diferente de ser professora da escola regular, visto que nosso trabalho não está voltado apenas para a aprendizagem de conteúdos pelo educando, bem como sua conclusão dos estudos, mas também para sua formação integral, e atuação em sua comunidade. (ELISA).

Nota-se que a atuação dos professores aparece como um fator determinante para o direcionamento eficaz das atividades. Essa perspectiva se evidencia também nas falas dos estudantes:

As aulas são melhores, mais interessantes, diferentes de quando eu ia na escola. Os professores são bons, ensinam coisas importantes e eu participo de todas as atividades. Acho que vai servir para melhorar minha vida, pra eu ser alguém no mundo. (SANDRA).

Gosto muito do interesse dos professores no ensino, eles são prestativos, nos ensinam muitas coisas. Hoje já sei fazer outra coisa que não seja cuidar de casa. Aprendi a costurar e tenho fé que vou arranjar um trabalho. (MARIA).

Acho todas as atividades ótimas, participo de todas. As aulas são interessantes, principalmente os professores que escutam a gente. Já tive brigas feias com umas professoras aqui, mas hoje respeito todos e sou respeitada também. (ANA).

Gosto de todas as atividades. Só tenho muita dificuldade em matemática e inglês. Não entra na minha cabeça, é muito difícil. Gosto da bolsa de 100 reais, que já é uma ajuda e principalmente do curso de gráfica. É ótimo, aprendi muita coisa. E, quando terminar, quero fazer outros cursos. (ANTONIO).

A fala de Antonio revela que esse auxílio financeiro representa, muitas vezes, a única fonte de renda desses jovens e uma importante contribuição para as despesas primárias dos estudantes e de suas famílias.

Observa-se que, não obstante os limites de um processo formativo curto e concentrado, como é o do ProJovem, a dedicação, o diálogo e as estratégias empreendidas por esses educadores têm elevado o interesse e a autoestima dos estudantes.

Os depoimentos dos jovens destacam que o programa tem gerado algumas mudanças significativas em suas vidas, que vão desde questões, como o desenvolvimento da leitura, escrita e expressão verbal, até a melhoria no relacionamento com suas famílias, com a sociedade e, sobretudo, com eles mesmos. Essa realidade é evidenciada nas falas dos estudantes:

Eu mudei meu jeito de ser. Era muito ignorante em casa, com minha família, aprontava muito, e depois do programa sou uma pessoa melhor, tenho mais esperança. (JOÃO).

Hoje sei ler e escrever melhor. Acredito que, quando receber o certificado de conclusão, vou melhorar ainda mais. E apesar de eu ter duvidado do programa no início, hoje vejo que é uma oportunidade de concluir o ensino fundamental mais rápido. (ANA).

Sim, as aulas nos ensinam a lutar pelos nossos sonhos. Hoje tenho vontade de estudar mais, aprender e tudo isso foi depois que entrei aqui. (ANTONIO).

Além da elevação da autoestima, haveria também um acréscimo de informação acerca de direitos e deveres, e uma valorização da identidade e da cultura construída por esses sujeitos, como fica evidenciado na fala da professora:

Muitos educandos já têm a compreensão de seu papel enquanto cidadão e com isso fazem valer seus direitos em todos os espaços da sociedade, reivindicando e lutando pelos seus direitos para que estes possam ser garantidos. Percebemos também que a sociedade bem como a escola tradicional ainda vê esses educandos de forma estereotipada, com desvaloriza-

ção e desrespeito por estarem naquele espaço. (ELISA).

A fala da professora chama a atenção para os preconceitos diários que circundam a vida dos jovens que são público-alvo do Projovem. Ao mesmo tempo, ressalta sua crença na possibilidade de mudança pessoal e social, na medida em que esta juventude tem acesso à informação, ao conhecimento quando se sentem motivados, valorizados e respeitados. Castro e Vasconcelos (2009) enfatizam que a participação social pode não apenas transformar individualmente os sujeitos, mas também ampliar as possibilidades de desenvolvimento da sociedade civil, rejuvenescer o fazer político e renovar a coisa pública.

Os estudantes reconhecem que as perspectivas de inserção profissional ampliaram-se após sua inserção no programa, sobretudo, em razão dos cursos profissionalizantes. Tal realidade pode ser evidenciada nos discursos dos alunos:

Acredito que vai ser mais fácil, faço o curso de vestuário, aprendi muita coisa e com o certificado vou ter mais oportunidade. (MARIA).

Acho que com o curso de gráfica, vai ser mais fácil entrar no mercado de trabalho, poder assinar a carteira, ter uma vida mais digna. (JOÃO).

Espero ter um trabalho melhor com carteira assinada, pra poder dar uma vida melhor aos meus filhos. (ANA).

Acho que quando terminar o curso de gráfica vai ser mais fácil, encontrar um trabalho melhor com carteira assinada. (ANTONIO).

O termo “carteira assinada” demonstra explicitamente o desejo e a necessidade que esses jovens têm de conquistarem não apenas uma ocupação profissional, já que a maioria já trabalhou ou trabalha, mas sim uma inserção social profissional mais integral, com direitos trabalhistas assegurados.

Quando questionados acerca dos seus maiores desejos para o futuro, todos os jovens res-

ponderam que desejavam trabalhar com carteira assinada. Pochmann (2004) salienta que, entre os jovens de baixa renda, menos da metade possui emprego assalariado, sendo ainda bem menor o contingente de ocupados com contrato formal.

Uma mudança que parece visível entre os jovens é o desejo de continuar estudando e a compreensão dos estudos não como uma benevolência estatal, mas como um direito que deve ser garantido a todos, de maneira que viabilize a autonomia e a geração de oportunidades pessoais e profissionais.

Vou continuar os estudos, porque sem estudo não somos nada. Hoje eu vejo o que perdi, passei minha vida trabalhando na casa dos outros e o que tenho?... nada. (MARIA).

Sei que não vai ser fácil, mas quero continuar meus estudos, quem sabe fazer uma faculdade. (SANDRA).

Andrade e Neto (2009) consideram que hoje é possível perceber diversas juventudes procurando construir estratégias de escolarização e de vida, o que torna fundamental que se entenda e repense a educação por meio, prioritariamente, de seus sujeitos, principalmente aqueles a quem o sistema educacional trata de forma bastante precarizada.

A percepção do jovem como sujeito de direitos é algo que vem gradativamente sendo incorporado às políticas sociais. Se compreendermos cidadania como um conjunto de direitos que dá às pessoas a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo, pode-se dizer que o ProJovem está um passo à frente da escola pública no que se refere à oferta de uma formação integral.

O programa fomenta o (auto) reconhecimento do jovem como alguém que tem direitos amplos, e que sua exclusão de muitos destes direitos tem uma lógica. Os jovens revelam que, após a sua inserção no programa, passaram a compreender e a questionar fatos cotidianos relacionados a seus direitos e deveres, ao mesmo tempo em que passaram também a acreditar mais em suas potencialidades reivindicatórias e de transformação.

Pude perceber que tenho direito na sociedade e devo lutar por eles. (MARIA).

Hoje me sinto mais gente, tenho vontade de crescer, aprender mais, ajudar minha comunidade, lutar pelos meus direitos como a professora fala nas aulas. (SANDRA).

Hoje sei que apesar de todas as dificuldades que passei e ainda passo, sei do meu valor, e como diz a professora temos que lutar pelos nossos sonhos e direitos. (ANTONIO).

Assim, a assunção e o resgate de uma autêntica cidadania pode se configurar como o ponto de partida para a melhoria de uma sociedade que precisa fortalecer, valorizar e capacitar seus cidadãos. Castro e Vasconcelos (2009) consideram que a conquista de novos espaços de participação impulsionaram o surgimento de novos tipos de direitos, apontando para um novo modelo de cidadania, em que a promoção da igualdade ocorra em conjunto com a promoção de um cidadão/cidadã que não seja mero cliente do Estado, mas que encontre outras formas ativas de participação nas decisões.

Considerações finais

O ProJovem Urbano pode ser considerado um marco no que se refere a políticas públicas para a juventude, não obstante as muitas críticas que possam ser feitas ao programa, no que se refere às limitações de carga horária, infraestrutura e continuidade. Seu escopo – aliado ao desenvolvimento de ações articuladas de garantia de conclusão do ensino fundamental, formação para o trabalho e ações para cidadania – serve para pensar alguns aspectos que têm servido de entrave aos processos de escolarização da maior parte da juventude que frequenta (ou frequentou) a escola pública brasileira.

O fato de ter sido construído e executado sob a coordenação da Secretaria Nacional da Juventude fez com que tal política incorporasse em seus fundamentos algumas das discussões e proposições presentes nos debates contemporâneos sobre a juventude brasileira, em especial aquela que se encontra em maior nível de vulnerabilidade social. Tal perspectiva parece confrontar as concepções político-pedagógicas que norteiam currículos e práticas educacionais na escola pública brasileira.

O sistema de educação público brasileiro tem mostrado enormes dificuldades de construir, com os jovens, estratégias de mediação para sua inserção social, seja no âmbito político, profissional ou cultural. Os índices de evasão elevados, o número de matrículas no ensino médio e na EJA tem decrescido, enquanto o crescimento da oferta de educação profissionalizante (como no caso da ampliação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica) ainda atinge pouco o jovem de condição econômica menos favorecida.

O que a pesquisa mostrou, nos limites de sua abrangência, é que os jovens participantes têm histórias de vida marcadas por processos de escolarização descontínuos e uma imagem bastante negativa sobre a escola. Por outro lado, os dados apontam que a formação oportunizada pelo ProJovem Urbano permitiu que muitos estudantes ressignificassem o sentido de suas experiências formativas. A positividade da relação professor-aluno, a ampliação das noções de direitos sociais e o resgate do desejo de continuar estudando são alguns aspectos significativos desse processo.

Se em 18 meses de execução o projeto conseguiu sensibilizar, recobrar o desejo e a autoestima daqueles jovens em maior condição de vulnerabilidade, há de se questionar o que a escola pública de ensino fundamental em seus, hoje, nove anos de formação tem feito com seu público? O que a escola regular teria a aprender com essa experiência?

Ao concluir o curso, os jovens terão posse de um certificado de conclusão do ensino fundamental, alimentando o sonho de trabalhar “com carteira assinada” como foi mencionado. Todavia, mesmo com a ampliação das perspectivas de trabalho, o ProJovem não dá garantias de empregabilidade a seus educandos. Isso porque o sucesso profissional de um sujeito depende de um conjunto de fatores de suporte, ligados aos seus capitais sociais, econômicos e culturais, o que não pode ser assegurado por um único programa.

Portanto, programas como o ProJovem precisam estar articulados a ações de inserção social e profissional mais sólidas, pois muitas das expectativas criadas entre os jovens podem, contraditoriamente, se transformar em frustração.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (Org.). *Mostra, jovem!:* rompendo invisibilidades: perfil e percepções dos participantes da 1ª Mostra de produções do Projovem Urbano. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude/Projovem Urbano, 2010.

ANDRADE, Eliane Ribeiro; NETO, Miguel Farah. Juventude e trajetórias escolares: conquistando o direito à educação. In: ABRAMOVAY, Mirian; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luis Carlos Gil. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2009. p. 57-80.

AQUINO, Maria Cordeiro de (org.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009. p. 23-39.

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde e sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 411-423, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000300006>. Acesso em: 19 ago. 2011.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. *Guia de Políticas Públicas de Juventude*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

BRASIL. *Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano*. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2008.

CARDOSO, Irene. A geração dos anos de 1960 o peso de uma herança. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 93-107, 2005.

CASTEL, R. A Dinâmica dos Processos de Marginalização: da vulnerabilidade a ‘desfiliação’. *Caderno CRH*, n. 26/27, jan/dez., p. 14-40, 1997.

CASTRO, Lúcia R. de; CORREA, Jane. Juventudes, transformações do contemporâneo e participação social. In: _____. (Org.). *Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: NAU – FAPERJ, 2005. p. 9-26.

CASTRO, Mary Garcia; VASCONCELOS, Augusto. Juventudes e Participação Política na Contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. In: ABRAMOVAY, Mirian; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luis Carlos Gil (Org.). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2009. p. 81-118.

- DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial, out. 2005.
- ESPINHEIRA, Gey. Conflito e convivência na cultura da violência: periferia e pobreza. In: ESPINHEIRA, Gey; CARVALHO, Antônio Mateus de (Orgs.). *Desenvolvimento comunitário bairro de Plataforma*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Centro de Recursos Humanos, 2003. p. 67-76.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidade, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Fundação Perseu Ramos, 2004. p. 180-216.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial, out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a17.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2010
- FRÚGOLI JUNIOR, H. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- GOFFMANN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. Márcia B. Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos (LTC), 1988.
- IBGE. *Indicadores Sociais municipais: análise resultados do Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=>>> Acesso em 22 mai.2012.
- MACHADO, Maria Margarida. A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. *Em Aberto*, Brasília, v. 22, n. 82, p. 17-39, nov. 2009.
- MONTE BLANCO, Diego. *À luz do dia, nem todos os gatos parecem pardos: percepções de jovens sobre os limites e possibilidades do Projovem Urbano*. 2009. 168 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.
- NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda. *Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 105-120.
- PNAD. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Aspectos complementares da educação de jovens e adultos e educação profissional: 2007/ IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento* – Rio de Janeiro: IBGE, 2009, 190 p.
- POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 217-241.
- SILVA, Enid Rocha Andrade; ANDRADE, Carla Coelho de. A política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, J. A. AQUINO, M. C.; ANDRADE, C. C (Org.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009. p. 41-70.
- SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo (Org.). *Retratos da juventude brasileira*. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto da Cidadania, 2005. p. 87-128.
- _____; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 141-172, nov. 2005.
- _____; CARRANO, Paulo Cesar. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: FÁVERO, O. et al (Org.). *Juventudes e contemporaneidade*. 1. ed. Brasília: UNESCO/MEC/Secretaria Nacional de Juventude, 2007. p. 179-216.

Sobre os autores:

Denise Helena Pereira Laranjeira.

Doutora em Educação (Universit  de Sherbrooke), professora adjunta da Universidade Estadual de Feira de Santana e coordenadora do Programa de Pós-Gradua o em Educa o e do projeto de pesquisa “Consumo e produ o cultural: experimenta es est ticas,  ticas e políticas entre jovens de Feira de Santana” FAPESB/UEFS), na mesma institui o. Endereço para correspondência: Av. Transnordestina, s/n , Novo Horizonte, CEP: 44.036 900, Feira de Santana/Bahia. E-mail: denise.laranjeira@gmail.com.

Mirela Figueiredo Santos Iriart.

Doutora em saúde pública (UFBA), professora adjunta da Universidade Estadual de Feira de Santana. Atua nos seguintes projetos de pesquisa e extensão: “Consumo e produ o cultural: experimenta es

estéticas, éticas e políticas entre jovens de Feira de Santana” (FAPESB/UEFS), “Cinema na Escola: Jovens Protagonistas na Dinamização Cultural” (UEFS) e “Inclusão Social em Tempos de Violência Doméstica: O Lugar da Escola” (FAPESB). Endereço para correspondência: Av. Transnordestina, s/nº, Novo Horizonte, CEP: 44.036 900, Feira de Santana/Bahia. E.Mail: mifis36@gmail.com

Ivan Faria.

Mestre em educação (UFBA), professor assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana. Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisa Trabalho Trajetórias e Educação (NETTE/UEFS). Integra o Observatório Social da Juventude (UFRB) e coordena o projeto de extensão “Cinema na escola: jovens protagonistas na dinamização cultural” (UEFS). Participa da equipe do Projeto de Pesquisa “Consumo e produção cultural: experimentações estéticas, éticas e políticas entre jovens de Feira de Santana” (FAPESB/UEFS). Endereço para correspondência: Av. Transnordestina, s/nº, Novo Horizonte, CEP: 44.036 900, Feira de Santana/Bahia. E.Mail: ivanxfaria@gmail.com

Sabrina Silva de Matos.

Pedagoga (UEFS). Magistério das Series Iniciais do Ensino Fundamental TCC: O Projovem urbano. Orientação: Prof. Ivan Faria. CV: <http://lattes.cnpq.br/6838538777373302>.

Recebido em: 12.11.2012

Aprovado para publicação em: 27.11.2012

